

A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM SEROPÉDICA A EXPERIÊNCIA DO CAIC

Maria Angélica da Gama Cabral Coutinho
Professora Assistente II /UFRRJ
angelica@ufrj.br
Doutoranda PROPEd/UERJ

Palavras-Chaves: Educação Integral; UFRRJ; CAIC; Seropédica

*A escola pertence a sua comunidade
e deve tratá-la com respeito.*

Darcy Ribeiro

O presente artigo pretende examinar a história do CAIC Paulo Dacorso Filho, uma experiência de Educação Integral em Seropédica, município do Estado do Rio de Janeiro, que se localiza no campus central da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, instituição responsável pela implantação do projeto escolar.

1- A origem da ideia de educação integral: a Paideia?

A educação é uma atividade humana presente em todas as sociedades, em suas mais diferentes formas de organização. Desde as estruturas sociais mais simples até as mais complexas sociedades da atualidade, a atividade educativa é concebida como uma maneira de preservação e socialização do homem à comunidade em que vive.

Mesmo nos grupos sociais que desconhecem a escrita - as chamadas sociedades ágrafas - em que não existe a instituição escolar, crianças e jovens vivenciam um processo educativo que tem por finalidade a preservação das tradições culturais, e o processo acontece através da oralidade e da imitação, de forma igualitária, espontânea e integral: “(...) espontâneo na medida em que não existia nenhuma instituição destinada a inculcá-los, integral no sentido que cada membro da tribo incorporava mais ou menos tudo o que, na referida comunidade, era possível receber e elaborar” (PONCE, 1986, p.21). Nesse sentido, nota-se, portanto, que esses povos demonstram uma preocupação com a plena formação do seu indivíduo, de forma que possa participar totalmente das atividades sociais.

A sociedade ocidental tal qual a entendemos atualmente constituiu-se sobre importantes marcas e legados do pensamento grego, sobretudo, dos filósofos que viviam em Atenas. A ideia de democracia, com o preenchimento dos cargos políticos ocorrendo através de eleições ou por sorteio, a duração limitada desses cargos, enfim, a participação dos cidadãos na vida política, sob a forma de assembleias, debates e votações, são pilares de nossa sociedade. O sentido de cidadania é construído historicamente desde a antiguidade ateniense.

As crianças e os jovens atenienses, em seu processo de construção da cidadania, eram preparados para o debate e a deliberação sobre a coisa pública. Tinham um dia de estudos em que a educação abrangia a formação física e intelectual para a vida social. O processo educativo era uma maneira de garantir a construção da liberdade individual, mas sem perder de o sentido da coletividade na polis. Os gregos “(...) *da era clássica reconheciam como verdadeiros homens apenas os cidadãos que se houvessem adaptado, através da «paideia» (educação) às instituições de seus maiores*” (ILLICH, 1985, p.116).

É precisamente entre os atenienses, que será percebida a preocupação com a formulação acerca do sentido da educação integral. O regime democrático em Atenas exigia a formação de um homem capaz de debater e deliberar sobre todos os aspectos da vida em comunidade. A formação integral era a finalidade da educação ateniense. Para tal se utilizavam do conceito de paideia que Platão explicava assim: “(...) *a essência de toda a verdadeira educação ou paideia é a que dá ao homem o desejo e a ânsia de se tornar um cidadão perfeito e o ensina a mandar e a obedecer, tendo a justiça como fundamento*” (apud JAEGER, 1995, p.147).

A principal preocupação dos atenienses que se configura nos objetivos da paideia é a formação geral do homem como cidadão e ser humano, a partir do contato com a cultura e com a coisa pública, “(...) *que visa a um indivíduo em constante amadurecimento de si próprio (...)*” (CAMBI, 1999, p.49).

O termo possui tamanha amplitude que não existe um vocábulo que reúna todos os sentidos que os gregos forjaram em paideia. Para traduzir o termo não se pode

(...) evitar o emprego de expressões modernas como civilização, tradição, literatura, ou educação; nenhuma delas coincidindo, porém, com o que os gregos entendiam por paidéia. Cada um daqueles termos se limita a exprimir um aspecto daquele conceito global. Para abranger o campo total do conceito grego, teríamos de empregá-los todos de uma só vez. (JAEGER,1995, p.1)

O conceito de Paideia enfeixa em si todas as ideias que cercam a formação humana, voltada para o desenvolvimento e aprimoramento das habilidades individuais fundamentais

para a vida em sociedade, como a retórica, a persuasão a prática deliberativa. O sentido de Paideia nos remete à concepção de educação integral, um termo muito utilizado nos discursos pedagógicos e políticos, entretanto, ainda muito distante de nossa realidade escolar.

2- O CIAC do governo Collor, um projeto educacional?

Em 1990, a eleição de Fernando Collor de Melo para a presidência da República consolidou políticas neoliberais que já vinham sendo implantadas no governo anterior. Essa nova face do capitalismo tem buscado, desde então, resolver mais uma crise resultante de seu próprio processo. De modo a solucionar os problemas surgidos com essa crise, algumas medidas foram propostas (e continuam sendo encaminhadas e mantidas), e que vinham de encontro aos antigos preceitos liberais do Estado Mínimo, nesse momento tão bem recolocado. Tais medidas expressam-se através da defesa incansável da privatização de serviços públicos, como a educação, a saúde e a previdência, com a finalidade de desonerar o Estado e tornar esses serviços não mais direitos, mas mercadorias a serem conseguidas pelos mais afortunados da sociedade. A educação pública é um desses direitos que vem se tornando uma mercadoria cada vez mais difícil de ser acessada.

No bojo dessa política, especialmente no campo da educação, Fernando Collor criou o Projeto Minha Gente, que tinha como finalidade implementar ações integradas nas áreas de saúde, educação e assistência e promoção social voltadas para o atendimento de crianças e adolescentes das classes populares.

Art. 1º É criado o PROJETO MINHA GENTE, com a finalidade de desenvolver ações integradas de educação, saúde, assistência e promoção social, relativas à criança e ao adolescente.

Parágrafo único. O PROJETO MINHA GENTE compreenderá a implantação de unidades físicas, as quais obrigarão as seguintes atividades:

- I - pré-escola;
- I - creche e pré-escola;
- II - escola de primeiro grau em tempo integral;
- III - puericultura;
- IV - convivência comunitária e esportiva;
- V - alojamento para menores carentes.

Art. 2º A coordenação do PROJETO MINHA GENTE caberá ao Ministro de Estado responsável por aquele "Ministério da Criança". (DECRETO 91 de 1991)

De forma a garantir todos esses objetivos em um único ambiente, o governo esboçou a criação dos Centros Integrados de Atenção à Criança e ao Adolescente, conhecidos através de sua sigla – CIAC. Essas instituições escolares foram pensadas de modo a abrigar diferentes

segmentos de ensino: a creche, a pré-escola e o ensino de primeiro grau, conforme a denominação da época¹. Era um Projeto que se pretendia grandioso, pois previa a construção de cinco mil CIACs com o propósito de receber cerca de seis milhões de crianças e jovens, dos quais 3,7 milhões seriam atendidos no ensino de Primeiro Grau, e os restantes, acolhidos nas creches e pré-escolas.

A concepção do programa coube a Legião Brasileira de Assistência (LBA)², inicialmente sob a coordenação do Ministério da Criança³, logo em seguida, quando da extinção do Ministério, assumido pela Secretaria de Projetos Especiais, vinculada à Presidência da República. A natureza assistencialista do projeto, que é objetivamente expressa por seus objetivos, fica ainda mais patente quando se confirma a presença da LBA em sua criação. A LBA nasceu como uma instituição de caráter assistencialista, que pretendia atender aos familiares dos combatentes da II Guerra Mundial.

Interessante notar que, mesmo tendo criado um Ministério exclusivamente para cuidar e encaminhar as questões ligadas ao tema da infância, a responsabilidade de pensar a criação de um espaço teoricamente escolar, ficou destinada a uma organização voltada para a assistência social.

O Projeto do Governo Collor (PROJETO MINHA GENTE – Informações Básicas sobre o Projeto, 1992) propunha em seu texto original, nove programas de atendimento setorizados, quais sejam: Núcleo de Proteção à Criança e à Família, Saúde e Cuidados Básicos da Criança, Educação Escolar, Esporte, Cultura, Creche e Pré-Escola, Iniciação ao Trabalho, Teleducação e Desenvolvimento Comunitário,

Esses programas setoriais demonstram que, apesar do CIAC afirmar-se como um projeto escolar, este prevalece fragmentado em diferentes objetivos de atendimento nas áreas da saúde e do social. Até mesmo a educação nos segmentos da Creche e da Educação Pré-Escolar mantém-se destacado do programa de Educação Escolar, como se observa nos itens apresentados acima.

É possível entender, portanto, que por seus objetivos, o Projeto Minha Gente tinha uma evidente marca assistencialista, na medida em que compreendia o conceito de Educação Integral como um processo de atendimento integral a crianças e jovens, que extrapolava o sentido da educação, utilizando a escola como espaço para garantir serviço de saúde e de atendimento social.

A leitura do texto original do Projeto nos permite perceber, também, que os procedimentos para atingir as metas foram muito pouco explicitados, pois o projeto define-se

a partir da relação com as comunidades em que seria implantado, conforme se pode apreender:

A implantação do projeto em uma determinada comunidade depende, fundamentalmente, da conjugação de quatro fatores: i) interesse da comunidade nos Projetos; ii) existência de demanda efetiva para os serviços oferecidos pelo Projeto; iii) disponibilidade de terrenos para construir o CIAC; e iv) capacidade das instituições em administrar o CIAC e operar os serviços para ele programados. (PROJETO MINHA GENTE, 1992, p.2/3)

Na verdade, o projeto foi concebido para ser implantado pelas três esferas administrativas, eximindo a União, mentora da ideia, de sua responsabilidade como gestora. E se for levado em conta que muitos municípios, diante de suas notórias fragilidades, não teriam condições de arcar com a parte que lhe caberia nesta gestão tripartite, o projeto já nasceu fadado a apresentar problemas.

Como essa gestão a três se consubstanciava? Foram criados três segmentos: a entidade promotora, a entidade empreendedora e as entidades operadoras. A entidade promotora era representada pelo governo federal apresentando-se através do MEC, com apoio dos governos estaduais, responsável pela construção das unidades escolares e pela coordenação técnica do Projeto; as entidades empreendedoras podiam ser públicas (as prefeituras) ou privadas (sem fins lucrativos) e tinham a responsabilidade de ceder o terreno administrar a escola; e por fim, as operadoras, que também, podiam ser instituições públicas ou privadas, e seriam as executoras dos programas setoriais desenvolvidos no CIAC.

A maior parcela de recursos ficaria sob a responsabilidade da esfera municipal. É interessante, portanto, perceber que a parceria efetivamente isentava o governo federal, aquele que possui maior condição de arcar com o suporte financeiro, e abria oportunidades de participação para instituições privadas.

Em 1992, o governo Collor viveu seu momento crítico. Após um plano econômico que confiscou as poupanças, e que não conseguiu solucionar os problemas econômicos e financeiros, viu-se, ainda, envolvido em um grande escândalo de corrupção, denunciado por seu irmão e amplamente divulgado pelos meios de comunicação. Uma enorme campanha política visando a sua deposição foi detonada, com grande participação estudantil. A gravidade da situação determinou a abertura de uma CPI que culminou com a sua condenação.

Como consequência ao processo de impugnação e de renúncia de Fernando Collor de Mello, tomou posse o vice-presidente Itamar Franco. Logo em seguida, o novo chefe do executivo procedeu a uma reforma ministerial que determinou a extinção do Ministério da

Criança, e o projeto Minha Gente tem seu nome modificado para Programa Nacional de Atenção à Criança e ao Adolescente (PRONAICA).

O PRONAICA pretendia continuar a atender integralmente crianças e adolescentes, assim como o Minha Gente. E acentuava o caráter de corresponsabilidade entre o Estado, a sociedade civil e a família, em conformidade com os ditames emanados do Banco Mundial e os preceitos neoliberais, objetivo que pode ser observado entre todos os outros elencados, assim redigido:

- O Ministério da Educação e do Desporto definiu como diretrizes do programa:
- a) a garantia do direito da criança ao pleno desenvolvimento de suas capacidades e potencialidades;
 - b) a universalização do atendimento às necessidades básicas da criança e do adolescente, embora priorizando medidas voltadas à população mais pobre e sem assistência;
 - c) a oferta de serviços de qualidade para as crianças, em oposição a soluções precárias e improvisadas, parciais, descontínuas e meramente assistencialistas;
 - d) a irradiação e a disseminação de novas tecnologias, adequadas à atenção integral;
 - e) a intersetorialidade, a intercomplementaridade, a articulação de ações;
 - f) a descentralização das ações, pela ação compartilhada entre União, estados e municípios e entre os diversos setores sociais e a comunidade, e o compartilhamento de responsabilidades;
 - g) a flexibilidade em termos normativos, programáticos e gerenciais.
- (SOBRINHO & PARENTE, 1995, p.8)

O compartilhamento de atribuições e responsabilidades financeiras entre as três esferas administrativas estava claramente definida no texto do PRONAICA. O governo federal assumia a elaboração do projeto arquitetônico e da construção da estrutura física; da instalação dos equipamentos; da coordenação geral e técnica do projeto e da avaliação do programa. Os governos estaduais asseguravam os recursos humanos, como a equipe dirigente e os docentes, e se responsabilizavam pelas despesas de manutenção dos CAICs. Para os governos municipais competia a tarefa de concessão do terreno e a manutenção das unidades, em parceria com o governo estadual, além da cooperação de os setores privados que se apresentassem interessados em participar do projeto.

Este programa passou a ser assumido, então, pela Secretaria de Projetos Especiais vinculada diretamente à Presidência da República. Portanto, quando finalmente a instituição escolar foi inaugurada, ela não era mais um CIAC – Centro Integrado de Atenção à Criança, mas sim, um Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente – CAIC, o novo nome adotado pelo projeto a partir da presidência de Itamar Franco.

3- A criação do CAIC em Seropédica

Seropédica⁴ é um pequeno município do Estado do Rio de Janeiro que compõe a região metropolitana⁵. Possui um território com cerca de 280 mil km², e não apresenta divisão distrital. É apontado frequentemente por estudos socioeconômicos como um “bolsão de pobreza”, pois possui um baixíssimo desempenho econômico e uma visível precariedade nas condições de vida da população. É chamada, também, de cidade-dormitório, assim como grande parte dos municípios vizinhos, pois atende a uma parcela de trabalhadores que se desloca diariamente para trabalhar na capital do estado.

Por outro lado, é conhecida, ainda, como cidade universitária, pois no município localiza-se o Campus Central da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), instituição a qual essa pesquisa encontra-se vinculada.

Esta Universidade vem, ao longo das duas últimas décadas, consolidando-se no campo das licenciaturas, deixando de ser uma instituição exclusivamente voltada para os temas rurais, e buscando, também, atender às demandas urbanas.

No início desse processo de transformação, em 1991, buscando um local que servisse de apoio aos estudantes dos cursos de licenciatura, a universidade manifestou, através de sua Reitoria, interesse em implantar um CIAC, no interior de seu campus. Essa intenção fora expressa através do Ofício 174/91 do Reitor⁶, que entrou em contato com o governo federal, através do MEC, a fim de efetivar o projeto. O CIAC seria concretizado através de convênio entre a UFRRJ e o Ministério da Educação e dos Desportos, através da Secretaria de Projetos Educacionais Especiais, órgão vinculado à Presidência da República, conforme a Ata do Conselho Universitário (CONSU) de 1993⁷.

A partir dos documentos pesquisados e a confirmação através do testemunho da primeira diretora⁸ da unidade escolar em questão, o Reitor de então, Prof. Hugo Resende, expressava uma postura conservadora, que se afinava ao governo federal da época - presidência de Fernando Collor de Melo. A decisão de construção de um CIAC (posteriormente CAIC) no interior do campus universitário foi tomada pessoalmente pelo Reitor, sem que houvesse ocorrido qualquer debate nos conselhos universitários, como o CONSU e o CEPE. Não houve participação da comunidade docente ou dos funcionários da instituição quanto ao estabelecimento da nova unidade escolar.

Muito provavelmente havia outros interesses federais, que não foram comprovados pela documentação analisada, em instalar em terreno da União uma escola que pudesse vir a atender à carente população da região de Seropédica. E esse interesse do governo federal

articulou-se à intenção da reitoria no sentido de ampliar as possibilidades de atuação dos estudantes das licenciaturas.

Cabe salientar que os professores, estudantes e funcionários do Instituto de Educação - unidade administrativa da Universidade que se localiza muito próxima ao local de instalação da escola - assistiram a tudo estupefatos. Acompanharam o início da obra em 1991 sem compreender do que se tratava. Apenas quando a edificação ganhou forma, o Reitor esclareceu a toda a comunidade sobre a obra que ali se desenrolava.

Como previa o Projeto Minha Gente, a criação do CIAC de Seropédica respondia aos objetivos de buscar uma maior integração e atuação na comunidade local, o que vinha efetivamente de encontro com os interesses expostos pela universidade: criar um ambiente ideal para o estágio das licenciaturas, à época cursos carentes de locais propícios para as suas atividades curriculares, além de garantir uma nova instituição escolar em uma região carente do estado, mantendo um vínculo entre a universidade e a população.

(...) o CAIC constitui-se numa oportunidade fundamental para que a UFRRJ integre suas atividades acadêmicas desde a pré-escola até a pós-graduação, na busca da excelência e, sobretudo, da atuação na melhoria das condições de vida das comunidades abrangidas pela sua influência. (OFÍCIO nº. 253/ 1993)

Havia em 1993, as seguintes licenciaturas na UFRRJ: Economia Doméstica, Ciências Agrícolas, Química, Matemática, Física e Ciências Biológicas. Grande parte das licenciaturas surgiu de cursos que originalmente compunham a universidade. Para atendimento da formação docente dessas licenciaturas, a Universidade, anteriormente, já havia tentado utilizar uma escola da rede estadual, instalada em Seropédica - o CIEP Nelson Romar⁹ - como lócus para os estágios supervisionados, disciplinas obrigatórias para a formação docente, mas o pleito fora negado.

Conforme já explicitado acima, o Projeto Minha Gente previa que os CIACs deveriam ser implementados pelas três instâncias administrativas, tarefa complexa de ser garantida. O convênio inicial foi, especialmente, muito penoso de ser instituído entre a Universidade e os governos municipal de Itaguaí (Seropédica ainda era um distrito) e o governo do Estado do Rio de Janeiro.

No início de 1993, em março, após longos debates e reuniões, finalmente, o CAIC Paulo Dacorso Filho¹⁰ era inaugurado pelo Ministro da Educação – Murilo Hingel.

(...) foram relatadas as dificuldades que ocorreram junto aos governantes do Estado do Rio de Janeiro e do Município de Itaguaí, que não concordavam com a administração do CIAC pela universidade. Neste mesmo sentido, tendo sido confirmado na entrevista, foi relatado que estas dificuldades se agravavam a cada dia, mas a posição do Reitor – Prof. Hugo Edson Barbosa Rezende era de

que “não abríamos mão de que este CIAC fosse administrado pela Universidade Rural”. (FONSECA, 2010, p. 33)

CAIC de Seropédica



Fonte: http://www.arqueologia-iab.com.br/2009/arquivos/image/imagens_nova/locais/7.jpg
Acesso em 11/01/2013

4- A escola de tempo integral: como é seu cotidiano?

Como já explicitado anteriormente, a escola de educação infantil e ensino fundamental é uma unidade estrategicamente localizada próxima ao prédio onde funcionam o Instituto de Educação e o Instituto de Ciências Humanas e Sociais, institutos que abrigam a maior parte das licenciaturas, atualmente. O espaço possui auditório, biblioteca, refeitório, lavanderia, espaço reservado para o cultivo de uma horta, consultórios médico e dentário, teatro de arena, campo de futebol, além das salas de aula e área administrativa.

O CAIC de Seropédica demonstra ao longo de sua existência uma busca incessante pela excelência na educação, sobretudo, com vistas à construção de uma educação integral. É claro, ainda esbarra em seu cotidiano com adversidades e dificuldades na implementação de um projeto ideal para a educação integral.

Alguns aspectos necessitam manter-se como objeto de análise por parte da equipe gestora e pedagógica da escola a fim de aprimorar a almejada qualidade na educação, como confirma o próprio documento elaborado pela própria instituição escolar (PPP/CAIC, 2005, Anexos). Podemos citar como alvo das preocupações a gestão compartilhada e o tempo integral, que necessita de ajustes quanto às atividades.

Uma escola de tempo integral deve significar muito mais do que simplesmente a permanência de jovens e crianças nos turnos da manhã e da tarde. Deve haver um forte

investimento na formação dos professores a fim de prepará-los para essa diferenciada realidade escolar.

(...) o próprio CAIC Paulo Dacorso Filho (...) funciona em tempo integral, mas com a inviabilidade de implantar uma educação integral de qualidade por ausência de uma política pública adequada para recursos humanos, e, além disto, sobrevive aos sobressaltos à medida que mudam os governantes em decorrência de seu modelo de gestão. (FONSECA, 2010, p. 20)

O CAIC funciona em tempo integral de segunda-feira à quinta-feira, de oito da manhã às quatro horas da tarde. Nas tardes de sextas-feiras

(...) professores e estagiários bolsistas dos cursos de Graduação e Normal desenvolvem atividades de planejamento ou participação em atividades de formação. Neste mesmo dia é oportunizado aos servidores não-docentes atividades de formação ou organizam-se mutirões de limpeza e reorganização do espaço escolar. (PPP, 2010, p. 16)

O tempo integral pressupõe, sobretudo, um corpo docente também em horário integral e com dedicação exclusiva à escola e ao seu projeto pedagógico. O professor para trabalhar com crianças que permanecem em horário integral na instituição escolar deve estar muito bem preparado de forma que não transforme o cotidiano do estudante em um simples sequencial de atividades, fragmentados e sem um objetivo, além de tão somente ocupar o tempo das crianças.

A escola foi inaugurada em 1993, entretanto, as atividades não foram imediatamente iniciadas. Diante das inúmeras questões controversas e dificuldades “(...) surgidas em relação ao seu gerenciamento”, o CAIC “iniciou as suas atividades com a matrícula de 212 crianças apenas em 16 de maio de 1994” (PPP/CAIC Paulo Dacorso Filho, p. 5/2005). As discussões entre as esferas administrativas sobre o gerenciamento do CAIC foram, inclusive, acompanhadas pelo jornal local de Itaguaí, conforme registrado por MASSARDI (2010, p.38). Em um primeiro momento de 1994 até 1997, a gestão procedeu-se sob uma fórmula tripartite: prefeitura de Itaguaí, o governo do Estado do Rio de Janeiro, e a UFRRJ, um braço do governo federal. As responsabilidades fiaram assim definidas: a Secretaria de Estado de Educação¹¹ responsabilizava-se pelo quadro docente e parte dos servidores de apoio, definindo o cargo de diretor adjunto, e ainda por fornecer a merenda escolar, através da Secretaria Extraordinária de Projetos Educacionais; o município de Itaguaí¹² garantia o Programa de Saúde Escolar e os técnicos. Por fim, cabia à universidade a direção geral da escola e a manutenção dos recursos e equipamentos. Foi um período em que a administração

escolar transcorreu em um clima de tranquilidade, quando os três parceiros conviveram em certa harmonia.

Em 1997, com a criação do novo município de Seropédica, a participação municipal não se fez presente. Durante essa fase de implantação da nova unidade municipal, a gestão compartilhada se efetivou apenas entre governo estadual e universidade.

Em 1999, o convênio com a SEE/RJ se extinguiu, e muito embora entre os anos de 2002 e 2004 as relações entre o CAIC e a SEE/RJ tenham sido profundamente amistosas, ratificando, assim, a intenção em manter a parceira administrativa, oficialmente o convênio não foi assinado. A política pública de municipalização nessa época ganha força no governo estadual.

A partir de 2005, o contato do CAIC com a rede municipal voltou a se normalizar através de Termo Aditivo¹³ entre governo estadual e municipal. O documento tinha por finalidade garantir a inclusão do CAIC no processo de municipalização das escolas de educação infantil e de ensino fundamental de Seropédica, processo esse já em pleno curso na cidade e no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

5- Alguns aspectos a considerar...

Anísio Teixeira, ainda na primeira metade do século passado, já propugnava sobre a importância da educação integral para a formação da cidadania, a *“escola de Anísio Teixeira pretendia atender o indivíduo inteiro, completo, cômico de seus deveres para com a sociedade, mas também sabedor de seus direitos”* (FARIA & NOLASCO-SILVA, 2012).

O CAIC de Seropédica demonstra ao longo de sua existência uma busca incessante pela excelência na educação, sobretudo, com vistas à construção de uma educação integral. É claro, ainda esbarra em seu cotidiano com adversidades e dificuldades na implementação de um projeto ideal para a educação integral.

Alguns aspectos necessitam manter-se como objeto de análise por parte da equipe gestora e pedagógica da escola a fim de aprimorar a almejada qualidade na educação, como confirma o próprio documento elaborado pela própria instituição escolar (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO/CAIC PAULO DACORSO FILHO, 2005, Anexos). Podemos citar como alvo das preocupações a gestão compartilhada e o horário integral, que necessita de ajustes quanto às atividades.

As diretoras entrevistadas enfatizaram o quão benéfico pode vir a ser uma escola constituída a partir de um convênio travado entre duas esferas administrativas: a prefeitura e a

Universidade, como se efetiva atualmente o CAIC, todavia, o cotidiano se expressa em algumas dificuldades surgidas de uma gestão compartilhada atualmente entre a UFRRJ e a Secretaria Municipal de Educação. Talvez seja a participação de diferentes esferas administrativas na gestão escolar que torne a experiência do CAIC Paulo Dacorso Filho tão singular. As parcerias na direção da escola se alternaram muitas vezes e viveram muitos conflitos ao longo de sua história. Problemas dessa ordem se sucederam, muitas vezes dificultando o cotidiano escolar,

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMBI, Franco. História da Pedagogia. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

COELHO, Lígia Martha C. da Costa. História(s) da Educação Integral. Em Aberto, v. 22, n.80, p.83-96, abr. 2009.

FARIA, Lia e NOLASCO-SILVA, Leonardo. Educação Integral de ontem e do Amanhã: o que sobrou pro hoje? Disponível em: www.leonelbrizolaneto.com/trabalhismo/artigos/educacao-integral-de-ontem-e-do-amanha-o-que-sobrou-pro-hoje/, acesso em 03 de junho de 2012.

FONSECA, Marília Massard da. Resgate da História de Implantação do Centro de Atenção Integral à Criança “Paulo Dacorso Filho” na UFRRJ e a perspectiva de sua transformação em um centro de ensino e pesquisa aplicado à educação agro ecológica. Dissertação de Mestrado, PPGEA/UFRRJ, Seropédica, 2010.

FRANGELLA, Rita de Cássia Prazeres. COLÉGIO DE APLICAÇÃO E A INSTITUIÇÃO DE UMA NOVA LÓGICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UM ESTUDO HISTÓRICO NO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO BRASIL. Anais 1º CBHE, 2000. Disponível em: http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/134_rita_de_cassia_p.pdf. Acesso em 25 de agosto de 2012.

ILLICH, Ivan, Sociedade sem escolas. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

JAEGER, W. Paidéia - A formação do homem grego. Trad. Artur M. Parreira. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

MARQUES, Alex Escale; BARBOSA, Maria do Carmo; MAGALHÃES, Camila Aguiar do Monte de; BARBALHO, Maria Goretti Cabral. Valor Contributivo dos Colégios de Aplicação em Universidades Federais: o Caso do Núcleo de Educação da Infância (nei) na Ufrn. VIII Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2011. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/artigos11/46714707.pdf>. Acesso em 25 de agosto de 2012.

PONCE, Aníbal. Educação e luta de classes. 6ªed. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1986.

LEGISLAÇÃO

BRASIL. Decreto nº 91/ 1991. **Cria o Projeto Minha Gente.**

DOCUMENTOS

ATA DO CONSU. 16 DE FEVEREIRO DE 1993. Aprovação do convênio entre a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e o Ministério da Educação e do Desporto, através da Secretaria de Projetos Educacionais Especiais.

OFÍCIO Nº. 174 /UFRRJ de 24 de maio de 1991 da Reitoria dirigido ao Secretário Nacional de Educação Superior.

OFÍCIO Nº. 253/ GR / UFRRJ/ 28 de julho de 1993

PROJETO MINHA GENTE: Informações Básicas sobre o Projeto. Brasília, maio de 1992. Disponível em: <<http://www.cipedya.com/web/FileDetails.aspx?IDFile=153534>>. Acesso em 13 de junho de 2012.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO 2005-2010 CAIC Paulo Dacorso Filho. Convênio UFRRJ- Prefeitura Municipal de Seropédica, 2005.

¹ A Lei 5692 de 1971 organizou a educação básica em primeiro e segundo graus, nomenclatura que permaneceu até a promulgação da Lei 9394/96, a atual LDB, que passou a nomeá-los de Ensino Fundamental e Ensino Médio, respectivamente.

² Órgão do governo brasileiro, criado em 1942, durante o Governo Vargas, e, tradicionalmente, dirigido pelas Primeiras Damas. Em 1991, sob a gestão de Rosane Collor foi alvo de muitas denúncias de desvio de recursos. Foi extinto em 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso, e substituído pelo Programa Comunidade Solidária, criado por Ruth Cardoso.

³ O Ministério da Criança teve curta existência; criado por Collor com o propósito de coordenar políticas referentes à infância.

⁴ Seropédica localiza-se na região da Baixada Fluminense. Dista cerca de 70 quilômetros do Rio de Janeiro, a capital do estado. Possui uma área de 283.794 km², e a população, em 2011, foi estimada em 78.183 mil habitantes, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – o IBGE.

⁵ A região metropolitana do Rio de Janeiro compõe-se dos municípios: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Japeri, Magé, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica, Mesquita e Tanguá.

⁶ Ofício 174/GR/UFRRJ 1991 da Reitoria.

⁷ Deliberação nº. 4 de 16 de fevereiro de 1999, do CONSU/UFRRJ.

⁸ A Prof.^a Dra. Lia Maria Teixeira de Oliveira foi a primeira diretora do CAIC.

⁹ O terreno onde foi construído o CIEP foi cedido pela Universidade.

¹⁰ O nome do CAIC é uma homenagem a um Professor, pesquisador e Reitor, entre 1965 e 1968, formado e muito atuante na UFRRJ, sobretudo em sua área a Medicina Veterinária.

¹¹ Convênio assinado em 30 de março de 1994, entre UFRRJ e Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro e Secretaria de Estado de Educação Extraordinária de Programas Especiais.

¹² Termo Aditivo assinado em 11 de outubro de 1994, entre UFRRJ e a Prefeitura de Itaguaí.

¹³ Termo Aditivo ao convênio celebrado em 05 de setembro de 2002, entre o Estado do Rio de Janeiro e o Município de Seropédica com vistas ao Programa Estadual de Municipalização da Educação Infantil e Ensino Fundamental.